

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) tem na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) uma das principais fomentadoras de ações no sentido de estabelecer uma cultura de pesquisa na rede pública de ensino do Distrito Federal, como princípio formativo e com foco na educação básica.

As primeiras ações no tocante à pesquisa começaram na EAPE em 2010, momento em que foi constituída a Comissão de Coordenação do Núcleo de Pesquisa da Educação Básica, que contava com 12 membros, e foram estabelecidas algumas metas no sentido de definir as temáticas das linhas de pesquisa para o Núcleo. No entanto, essa primeira experiência não logrou estabelecer o setor, porém abriu caminhos importantes e plantou a semente para o futuro.

A continuidade das ações em pesquisa se deu com a oferta do curso de formação de Elaboração de Pré-Projeto de Pesquisa. Além disso, em 2017, foi editada a Portaria nº 503/2017, que prevê na organização administrativa e pedagógica da EAPE a dimensão da pesquisa como um ponto-chave. A mesma deve estar articulada com o contexto social, político e cultural, com a relação teoria e prática e também considerar as dimensões do trabalho e do desenvolvimento humano, abrangendo todas as instâncias e níveis da Secretaria e, entre outras questões, assumindo a pesquisa como princípio formativo.

Mesmo com a edição da referida portaria, o setor não chegou a se estruturar. Apesar disso, o curso de Elaboração de Pré-Projeto de Pesquisa se manteve e continuou a contribuir para que muitos professores e professoras pudessem escrever seus projetos e tivessem acesso à pós-graduação. Neste interim, a Revista

Com Censo (RCC) já realizava algumas parcerias com a EAPE, a partir do Curso, onde duas frentes eram empreendidas, contribuição da RCC com módulo de formação sobre redação científica e publicações na área de educação, e estruturação de dossiês temáticos com a participação de autores advindos deste curso¹.

Em janeiro de 2019, foi editada a Portaria nº 11/2019, que alterou a Portaria nº 503/2017 anterior, acrescentando mais informações sobre o contexto dos princípios básicos para realização da pesquisa na EAPE, a saber: a) realizar e publicar pesquisas como princípio formativo; b) realizar pesquisas sobre os desafios da educação pública no Distrito Federal; c) realizar pesquisas com temáticas de interesse da formação continuada; e d) realizar pesquisas sobre políticas públicas da educação básica no DF.

Após a publicação dessa portaria, entre os meses de abril e maio de 2019 uma nova equipe é chamada para planejar, estruturar e propor ações para compor o setor de pesquisa. Sua primeira atividade foi realizar um planejamento estratégico com base nas portarias emitidas e nos normativos tanto da EAPE quanto da SEEDF. No artigo 9º do regimento interno da Secretaria de Educação de 2017 estão previstas as atribuições em torno da pesquisa. Dentre as competências da EAPE, percebe-se que cabe a essa subsecretaria a definição das políticas e diretrizes para a pesquisa na SEEDF, bem como a coordenação e execução das ações necessárias à realização dessas políticas.

Nas Diretrizes de Formação Continuada da SEEDF, de 2018, a atividade de pesquisa é considerada uma dimensão constitutiva da formação promovida pela EAPE, devendo possuir relação próxima à escola e ficando incumbida de

influenciar no aprimoramento da rede de ensino. Consequentemente, cabe à EAPE a responsabilidade de: a) promover pesquisas com produção de conhecimento científico pelos profissionais da Secretaria referentes a questões e temáticas de educação, incluindo - se necessário - a realização de parcerias com instituições públicas e privadas; b) acompanhar a articulação dos trabalhos desenvolvidos entre os grupos de pesquisa e as gerências da EAPE - ou seja, entre a produção de pesquisa e a formação continuada; e c) elaborar planos e projetos para concretizar a política pública da pesquisa como princípio metodológico de formação.

As ações realizadas pela coordenação em 2019 - quando contava com apenas dois membros - foram fundamentais. No primeiro semestre, a mesma elaborou pesquisa exploratória a partir de seis reuniões realizadas pela coordenação de pesquisa com as gerências, e uma com a DIOP. A coordenação elaborou, ainda, o diário de campo e observação das reuniões coletivas pedagógicas da EAPE realizadas às sextas-feiras, como também das conversas com formadores e setores administrativos no primeiro semestre de 2019. Essa dinâmica foi realizada com base na metodologia ação-reflexão-ação².

Foi realizada pesquisa junto à biblioteca da EAPE acerca das teses e dissertações com temáticas focadas na educação básica do DF. Articulou-se junto ao gabinete do secretário de Educação a atualização do credenciamento da SEEDF junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E a coordenação começou a realizar reuniões junto a diversas instituições para estabelecimento de parcerias.

No segundo semestre de 2019, a equipe contava com quatro membros.

¹ Curso *Projeto de Pesquisa: A Escrita Científica na Educação*, de 100h.

² Para saber mais ver FREITAS, Urânia Flores da Cruz *Ação-reflexão-ação: Trabalho, formação docente e aprendizagens*. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**. v. 5, n. 3, p. 80-89, ago. 2018. ISSN 2359-2494. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/265>>.

Além de manter o curso de elaboração de pré-projeto, aplicou a pesquisa exploratória para conhecer o perfil e os interesses de investigação dos profissionais da EAPE. Os resultados preliminares da pesquisa realizada estão descritos em relatório que visam ajudar a subsidiar as metas do planejamento estratégico apresentado e do Plano Distrital de Educação (PDE). Essa pesquisa teve como objetivo, ainda, subsidiar a criação dos Grupos de Pesquisa na EAPE, para posterior credenciamento junto ao CNPq, Plataforma Lattes. Ainda visando angariar parcerias para o fomento à pesquisa, elaborou edital em conjunto com a FAP/DF.

Em resumo, a partir da criação da coordenação de pesquisa no mês de abril/maio de 2019 foi desenvolvido o Plano Estratégico para o período de 2019/2024. Posteriormente, em junho, foi solicitado pela área de avaliação da EAPE, vinculada à DIOP nesta época, que o setor de pesquisa fizesse um Plano de Ação, apenas para o ano de 2019. Esse plano foi adaptado e aprovado em agosto/setembro, a partir da proposta anterior. Sendo assim, e a partir da reformulação e aprovação das metas, a Unidade Gestora começou a execução das ações e o cumprimento das novas metas propostas e das que já estavam em andamento.

Outra ação importante foi a elaboração do documento propositivo intitulado "Pesquisa e Intervenção: nos caminhos do conhecimento da educação básica e pública no Distrito Federal (2019)" que visa contribuir com a discussão sobre os princípios estabelecidos nas portarias e com a consolidação do setor dentro da estrutura organizacional da EAPE.

Outra iniciativa foi a de começar a pensar a estrutura do setor e prever a sua modulação. A ideia era atingir uma média de seis pesquisadores até o final de 2019 e, já em 2020, ampliar um pouco mais. Entre 2020 e 2021, tendo em vista que o setor passou a ter atividades diversificadas, tais como continuar a avaliação de projetos de pesquisa, realizar articulação interinstitucional para estabelecer parcerias, orientar os setores da EAPE no tocante a pesquisa, auxiliar na elaboração e validação de grupos de pesquisa, realizar pesquisas próprias, tornou-se necessário a busca efetiva da modulação do setor. Ainda mais com o estabelecimento, via subsecretaria, de parcerias para

oferta de cursos de pós-graduação e mestrado profissional, a área terá muita demanda para responder e acompanhar em 2021/2022.

Tendo isso em vista, as ações desenvolvidas em 2019 foram fundamentais. Posteriormente, com a pandemia de Covid-19, algumas ações tiveram que parar, mas outras foram realizadas e o setor continuou a se desenvolver em 2020 e 2021, contando hoje com a atuação de cinco pessoas.

Um dos pontos-chave no processo de estruturação da pesquisa na EAPE/SEEDF é implementar os grupos de pesquisa. Assim, para instituir e regulamentar de vez os grupos, a EAPE - junto à SEEDF - editou e publicou a Portaria nº 212/2021, que regulamenta a criação de grupos de pesquisa na EAPE e estabelece, também, os objetivos para produção e difusão de conhecimentos no âmbito da SEEDF.

A regulamentação dos grupos de pesquisa na EAPE/SEEDF está em consonância com os parâmetros estabelecidos pelo CNPq para os grupos de pesquisa em atividade no Brasil, através dos critérios para a possibilidade de integração desses grupos no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP). A Portaria nº 212/2021 atende à necessidade de haver um estatuto prévio que preveja a atividade permanente de pesquisa em Ciências, Tecnologias e Inovação (CT&I) nas áreas de atuação da SEEDF, enquanto instituição de pesquisa.

Importante trazer aqui dois pontos imprescindíveis para a compreensão do papel da pesquisa e dos grupos de pesquisa na educação básica - pressupostos na organização e na prática da EAPE. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar o cerne da concepção de pesquisa, tendo em vista que é comum dar-lhe um sentido muitas vezes limitante e restrito no âmbito da educação básica. O referencial aqui é o *educar pela pesquisa*, onde enfatiza-se a pesquisa como princípio educativo - ou princípio pedagógico ou formativo - e os docentes e estudantes assumem papéis de produtores de conhecimento, em detrimento das funções de receptores de conhecimento (por parte dos estudantes) e de autoridades inquestionáveis (por parte dos professores e professoras).

Nesta perspectiva, encoraja-se o aprendizado pelo incentivo à produção direta de conhecimentos por parte da

comunidade escolar, em especial dos estudantes, de forma autoral e crítica, através de trabalho em grupo e do desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, aprender a fazer, incentivando a curiosidade, o protagonismo e o senso ético e social em torno de uma atitude científica diante do mundo.

A pesquisa assumida desta forma, como um princípio educativo que rege a relação de ensino-aprendizagem e concretiza a formação dos sujeitos, deve ser estimulada a ter um papel muito mais central na organização pedagógica do ambiente escolar e na formação de seres humanos integrais, dotados de saberes e vivências imprescindíveis para as aprendizagens, em um processo educativo conduzido por meio da investigação teórica e prática no chão da escola.

Portanto, educar pela pesquisa implica que há um sentido de se fazer pesquisa para além de seu teor estritamente acadêmico e especializado. Essa pesquisa educacional, no seio da prática pedagógica, pressupõe certa concepção de professor(a)-pesquisador(a), sem a qual não existe possibilidade de aprendizado pela pesquisa nas escolas de educação básica. E isso acarreta reconhecer que os docentes na educação básica precisam de mais valorização, tendo em vista que suas atividades de ensino requerem uma imersão na pesquisa e uma efetiva participação na construção e troca de conhecimentos, objetos centrais da função da escola.

Em segundo lugar, tendo em vista que a pesquisa no âmbito da educação básica é entendida como princípio educativo/formativo, é preciso focar no diferencial desse tipo e função de pesquisa. A pesquisa citada nos dispositivos normativos da SEEDF sempre vem acompanhada de uma relação necessária com a valorização do magistério, do desenvolvimento profissional no âmbito da Secretaria, das relações sociais, da cultura e com a melhoria da qualidade pedagógica da educação; e exige-se que tais pesquisas estejam em consonância com as atuais necessidades da Rede Pública de Ensino.

É imprescindível que essa prática do educar pela pesquisa não perca sua dimensão social, política e cultural, como também o vínculo com a comunidade escolar e o mundo do trabalho. A realidade a ser investigada e que será objeto de melhoria por

meio desse esforço produtivo é a realidade do estudante, dos professores e professoras e as necessidades e demandas da comunidade escolar. Enfim, a aprendizagem pela pesquisa, vista como princípio educativo e formativo nas escolas, deve servir ao propósito de desenvolvimento social próprio da escola.

Para que se formem jovens estudantes através das atitudes e valores envolvidos na pesquisa científica é preciso ter docentes que tenham a prática da pesquisa em seu cotidiano. Assim, faz-se necessário fomentar a formação continuada nesse aspecto. A consolidação tanto da visão da pesquisa como princípio educativo como da formação docente referente a essa concepção de pesquisa é uma agenda em aberto.

A rede pública de ensino é objeto de interesse acadêmico e de estudos de diversas pesquisas de pessoas e instituições externas à rede. Importante salientar, que muitos docentes da SEEDF já integram e participam de grupos de pesquisa externos, durante e após concluírem a pós-graduação. Então, porque não instituímos grupos de pesquisa aqui mesmo, na própria SEEDF? Esses pesquisadores e pesquisadoras possuem a prática educativa, têm formação em alto nível e a SEEDF/EAPE compreenderam a importância institucional de promover as condições de possibilidade para a criação dos mesmos.

Assim, com o estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa internas e externas ao Governo do Distrito Federal, a SEEDF e a EAPE iniciam uma nova etapa nas ações de pesquisa no seio da Educação Básica em Brasília e, com esta edição nº 26, a ideia central, é registrar o momento histórico de instauração da pesquisa no âmago da atividade docente, e instigar e aprofundar o debate, tendo em vista ser este um importante veículo de divulgação e disseminação do conhecimento produzido na rede de ensino sobre a educação básica da SEEDF.

Para isso, no volume pluritemático deste periódico destacamos os seguintes trabalhos, a começar pela **Entrevista com a professora doutora Marcia Martins de Oliveira**, Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II (CPII), onde nos fala sobre a experiência do colégio em envolver intrinsecamente a atividade de pesquisa no âmbito de desenvolvimento da educação básica.

Na seção de artigos, iniciamos com o texto **A criança-pesquisadora: caminhos possíveis para a educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental**, de Daiane Aparecida Araújo de Oliveira e Leonardo Eustáquio S. da Silva. O trabalho visa ressaltar a pesquisa como princípio educativo nos anos iniciais do ensino fundamental e como um caminho potente para a educação escolar contemporânea, no sentido de a criança, enquanto ser humano ativo na cultura e na escola, é a pesquisadora; e o professor ou a professora, é organizador(a) do espaço social da pesquisa. Apoiando-se nos princípios da Teoria Histórico-Cultural de Lev Semionovitch Vigotski, este trabalho compartilha algumas práticas pedagógicas de pesquisa com crianças organizadas em uma escola de Brasília/DF. Espera-se que este trabalho possa inspirar docentes que atuam na infância a valorizar a criança como ser pesquisador, pessoa capaz de constituir-se na cultura, nas ciências e nas artes, para tanto, é preciso que a escola se compreenda enquanto espaço formal de educação que tem a possibilidade de guiar o desenvolvimento humano da criança, por meio de sua própria ação pesquisadora.

Outro artigo é **Experiências sonoro-musicais: da pesquisa para a formação continuada de professores no DF**, de Sara Paraguassú Santos do Vale. O texto discorre sobre a importância da pesquisa e do currículo na constituição de cursos de formação continuada para professores. A pesquisa finalizada e apresentada para obtenção do grau de mestrado em 2019, no Departamento de música da Universidade de Brasília, analisou a parte de música do Currículo em Movimento da Educação Infantil. Este texto identifica a pesquisa em currículo, para a formação continuada, como um importante enlace entre as prescrições e uma prática pedagógica efetiva em educação musical, para a educação básica.

Já o artigo **Apontamentos para o debate sobre pesquisa na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: aspectos conceituais e organizacionais**, de Urânia Flores da Cruz Freitas, visa ofertar aportes conceituais e metodológicos para o debate sobre os caminhos da pesquisa na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) da Secretaria de

Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Para que essa ação seja efetiva e plena de sentidos, argumenta-se que é preciso considerar a ciência da práxis, os princípios da gestão democrática, do Currículo em Movimento (2014) e a relação teoria e prática na ação de pesquisa nos espaços escolares, de gestão e de formação. O caminho metodológico proposto é o da ação-reflexão-ação.

O artigo **A trajetória da Revista Com Censo na Secretaria de Educação do Distrito Federal: em prol da divulgação científica aliada à aprendizagem e à valorização do trabalho docente**, de Danilo Luiz Silva Maia e Raquel Oliveira Moreira, traz pesquisa documental e bibliográfica para contextualizar o histórico e trajetória da Revista *Com Censo*: Estudos Educacionais do Distrito Federal (RCC), refletindo sobre o papel que um periódico científico pode ter em meio à atuação da gestão educacional na educação básica, assim como revelar sua capacidade de valorização da prática de pesquisa e de produção de conhecimentos realizadas por parte dos profissionais da educação que atuam na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Dentre os objetivos do artigo estão: 1) relatar histórico e trajetória da RCC na SEEDF; 2) elucidar suas características como periódico de divulgação científica; 3) explicitar os marcos e desafios que moldaram a RCC; 4) discutir sobre a atuação da RCC no contexto da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape), atual local de edição do periódico. Como resultado, foram obtidos alguns direcionamentos nas perspectivas e potencialidades da revista para incrementar a divulgação científica na SEEDF.

O artigo **O currículo escolar a serviço da educação antirracista**, de Cícero Barros Feitosa Filho e Francisca Jandira Machado Neves, apresenta uma discussão sobre a importância da construção do currículo escolar a serviço da educação antirracista a partir da ideia de que a educação deve, prioritariamente, passar pelo direito da vivência de um currículo para e pelo respeito às diferenças relacionadas às questões étnico-raciais - numa perspectiva de combate aos preconceitos raciais - sendo isto, parte determinante na reconstrução de valores primordiais a construção de uma escola

e uma sociedade que se contraponham ao racismo e que valorizem e respeitem a diversidade, correspondendo aos anseios e reivindicações históricas de uma sociedade comprometida com a mudança.

Nesta mesma perspectiva, no artigo **Organização Curricular Afrocentrada: o Afrofuturismo como abordagem no ensino de Física**, de Matheus Laercio de Jesus Silva, a análise se dá sobre o pensamento do campo da Física nas estruturas em que se manifestam o afrofuturismo, tendo como objetivo uma produção de conhecimento científico para fomentar a presença da lei 10.639/03 no currículo de Física do Ensino Médio. Para isso, algumas obras da literatura afrofuturista foram utilizadas para ilustrar como o ensino de Física pode se beneficiar de subgêneros como: Mitologia, Viagem no Tempo, Realidade Paralela, Horror de Sobrevivência, Ficção Científica e Monstro. O que se verifica é que a produção e a implementação do conhecimento oriundo desta produção ficcional no ensino de Física, apesar de tangenciar os limites do real e da absoluta fabulação, satisfazem diversas habilidades exigidas por metodologias antirracistas no ensino de ciências, e por documentos oficiais que regem a educação.

Já para o texto **Desafios da gestão democrática nas escolas de anos iniciais em Samambaia: Reflexões a partir dos relatos de gestores**, de Angelica Hosana Dos Santos Lima e Marcello Vieira Lasneaux, é trazida a reflexão sobre a política de Gestão Democrática nas escolas públicas de anos iniciais de Educação Básica da Região Administrativa de Samambaia, Distrito Federal (DF). Os objetivos do estudo visaram verificar como a Gestão Democrática acontece nesse contexto e como se dão, na prática, os principais mecanismos de que demandam participação preconizados na Lei nº 4.751/2012. Os resultados apontam que a percepção dos gestores corrobora com a ideia de que a Gestão Democrática no DF ainda encontra-se em fase implementação.

Na sequência, o artigo **Escola de Aruanda: Aprendizados e ensinamentos a partir do lugar do negro**, de Adeir

Ferreira Alves, o autor ensaia uma “clínica do sujeito” e revisita a própria trajetória de aprendizados escolares e de vivências múltiplas buscando encontrar a identidade e a historicidade da negritude, as quais lançam o autor existencialmente num coletivo de memórias sobre escravidão, racismo, necropolítica, epistemicídio, dentre outras – tudo construído na perspectiva de uma episteme afrocentrada (corporeidade, Escola de Aruanda) e na abordagem decolonial.

No caso do texto **O lúdico no processo de formação continuada de professores e professoras da rede pública de ensino do Distrito Federal: um estudo de caso da EAPE**, de Jose Manoel Montanha Soares, Marcelo Resende Teixeira e Gisele Ferreira Tacca, os autores buscam analisar a importância da prática sistematizada de jogos e brincadeiras na formação continuada (FC) de professores e professoras da rede pública de ensino do Distrito Federal. Foi possível verificar (por observação e entrevistas) que os professores participantes da pesquisa apresentaram percepções bastante similares sobre a utilização de jogos e brincadeiras em suas aulas, tendo em vista a sua participação ativa no curso de formação continuada ofertado na EAPE, demonstrando mudanças em suas práticas pedagógicas.

Por fim, o artigo **O Currículo em Movimento e a imaginação**, de Gleice Aline Miranda da Paixão, Fabrícia Teixeira Borges, argumenta sobre importância da imaginação configurada em um sistema psicológico que amplia as experiências humanas e gera aprendizagens. Assim, por meio da análise documental do Currículo em Movimento, buscou-se verificar como a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) trata das questões relacionadas à imaginação. Como resultado, percebeu-se que o Currículo da SEEDF apresenta elementos para se desenvolver uma educação pautada nos processos imaginativos em alguns de seus componentes, mas que precisa de maior aprofundamento em outros. Entretanto, apesar de apresentar certa incipiência em alguns componentes curriculares, apresenta-se significativamente

como um currículo encorajador de práticas imaginativas na escola.

Para a seção das Resenhas, aborda-se a obra **“Formação docente: Fundamentos e práticas do estágio supervisionado (2019)”**, coletânea organizada por Célvio da Cunha e Carla Cristie França, que apresenta artigos sobre o Estágio Supervisionado. A obra está organizada em sete capítulos e dividida em Parte I e Parte II. Na Parte I, é composta pelos capítulos 1, 2 e 3 que abrange os fundamentos e pressupostos do Estágio Supervisionado. A parte II é constituída pelos capítulos 4, 5, 6 e 7 os quais descrevem relatos e experiências dos pesquisadores.

Na seção dos relatos de Experiência, o texto **As pesquisas no Ensino Fundamental I: dos princípios teóricos à ação intencional**, de Roseane Paulo da Cunha, compartilha a sistemática da organização pedagógica desenvolvida como professora de séries iniciais em escola de educação básica no Distrito Federal. O objetivo é compreender como os processos pedagógicos presentes no contexto da sala de aula podem apoiar-se no uso de pesquisa como recurso incorporado na ação pedagógica sistemática e que vise alargar a capacidade de o estudante, com ajuda de seus pares, produzir conhecimento. Propor pesquisas como recurso pedagógico não é algo novo no cenário educacional, mas vamos situar a proposta a partir do referencial teórico da Pedagogia Histórico-Crítica, não só por entender que ele é que norteia a ação docente dos professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal, mas por compreender o caráter crítico de sua proposição.

Por fim, encontram-se os *Cadernos RCC*, com dossiê temático **Educação Física Escolar: formação e prática pedagógica**, dedicado à memória do colega Wagner Matias Barbosa, pesquisador do campo da Educação Física que atuava como formador na EAPE. O volume conta com contribuições oriundas de diversos estados e contextos educacionais distintos para ilustrar os debates de natureza acadêmico-pedagógica no âmbito da Educação Física brasileira atualmente. ■

Maria das Graças de Paula Machado

Subsecretária de Formação Continuada dos
Profissionais da Educação - EAPE/SEEDF